

SEGURANÇA PÚBLICA E A EFICÁCIA DA INTERVENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NAS FAVELAS

PUBLIC SAFETY AND THE EFFICACY OF MILITARY POLICE INTERVENTION IN THE FAVELAS

SEGURIDAD PÚBLICA Y EFICACIA DE LA INTERVENCIÓN POLICIAL MILITAR EN FAVELAS

Charles da Silva Almeida¹

RESUMO: A eficácia das intervenções da polícia militar pode ser avaliada por meio de várias métricas, incluindo estatísticas de taxas de criminalidade, percepções de segurança da comunidade e estudos de caso de operações específicas. Este artigo tem como objetivo analisar o contexto histórico da intervenção da polícia militar nas favelas do Brasil, avaliar sua eficácia na melhoria da segurança pública e explorar as críticas e os desafios associados a essas estratégias para fornecer uma compreensão diferenciada dessa questão multifacetada. A metodologia utilizada para atingir aos objetivos propostos foi a pesquisa bibliográfica, que buscou subsídios em livros e artigos científicos. Conclui-se avaliar a eficácia dessas intervenções requer uma compreensão diferenciada das realidades socioeconômicas enfrentadas pelos moradores das favelas, bem como um reconhecimento das limitações do policiamento militarizado. As críticas em torno das estratégias da polícia militar destacam a necessidade urgente de abordagens alternativas que enfatizem o engajamento da comunidade, o desenvolvimento social e o respeito aos direitos humanos.

5506

Palavras-chave: Polícia Militar. Segurança Pública. Favelas.

ABSTRACT: The effectiveness of military police interventions can be assessed through a variety of metrics, including crime rate statistics, community perceptions of safety, and case studies of specific operations. This article aims to analyze the historical context of military police intervention in Brazil's favelas, assess their effectiveness in improving public safety, and explore the critiques and challenges associated with these strategies to provide a nuanced understanding of this multifaceted issue. The methodology used to achieve the proposed objectives was bibliographic research, which sought support from books and scientific articles. It is concluded that assessing the effectiveness of these interventions requires a nuanced understanding of the socioeconomic realities faced by favela residents, as well as an acknowledgement of the limitations of militarized policing. Criticisms surrounding military police strategies highlight the urgent need for alternative approaches that emphasize community engagement, social development, and respect for human rights.

Keywords: Military Police. Public Security. Favelas.

¹Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade Anhanguera, Pós-Graduando em Direito Penal e Processual Penal, Pós-Graduando em Direito Penal Militar e Processo Penal Militar, Pós-Graduando em Segurança Pública e Organismo Policial, Pós-Graduando em Direito Constitucional pelo Instituto Prisma.

RESUMEN: La eficacia de las intervenciones de la policía militar se puede evaluar a través de varias métricas, incluidas estadísticas sobre la tasa de criminalidad, percepciones de seguridad comunitaria y estudios de casos de operaciones específicas. Este artículo tiene como objetivo analizar el contexto histórico de la intervención de la policía militar en las favelas de Brasil, evaluar su efectividad para mejorar la seguridad pública y explorar las críticas y desafíos asociados con estas estrategias para proporcionar una comprensión matizada de este tema multifacético. La metodología utilizada para alcanzar los objetivos propuestos fue la investigación bibliográfica, la cual buscó subvenciones en libros y artículos científicos. En conclusión, evaluar la efectividad de estas intervenciones requiere una comprensión diferenciada de las realidades socioeconómicas que enfrentan los residentes de las favelas, así como un reconocimiento de las limitaciones de la actuación policial militarizada. Las críticas a las estrategias de la policía militar resaltan la necesidad urgente de enfoques alternativos que enfatizan la participación comunitaria, el desarrollo social y el respeto por los derechos humanos.

Palabras clave: Policía Militar. Seguridad Pública. Favelas.

INTRODUÇÃO

As favelas do Brasil, caracterizadas por suas moradias informais e comunidades frequentemente marginalizadas, têm sido o foco de dinâmicas sociopolíticas complexas e preocupações com a segurança pública há muito tempo. O papel da intervenção da polícia militar nessas áreas surgiu como uma questão controversa, refletindo temas mais amplos de governança, segurança e direitos humanos. Estabelecida durante o período militar do Brasil nas décadas de 1960 e 1970, a força policial militar foi originalmente projetada para manter a ordem por meio de uma lente autoritária, muitas vezes priorizando o controle do estado sobre o bem-estar da comunidade. À medida que o país fazia a transição para a democracia, a polícia militar continuou a operar dentro de uma estrutura que frequentemente enfatizava táticas agressivas em resposta à crescente violência relacionada às drogas e ao crime organizado nas favelas (CANO, 2014).

Para entender a eficácia da intervenção da polícia militar nas favelas do Brasil, é essencial primeiro examinar o contexto histórico em torno da formação e evolução da força policial militar. Estabelecida durante um período de governo militar, a polícia militar foi encarregada de manter a autoridade do estado, muitas vezes utilizando medidas repressivas para controlar a agitação civil e a dissidência. O surgimento do tráfico de drogas no final do século XX e a subsequente ascensão do crime organizado nas favelas exigiram uma maior presença militar, pois o estado buscava recuperar territórios percebidos como perdidos para organizações criminosas. Operações como as iniciativas de "pacificação" iniciadas no final dos

anos 2000 visavam estabelecer a autoridade do estado e restaurar a segurança ao implantar a polícia militar em favelas assoladas por conflitos. No entanto, essas intervenções não só foram recebidas com ceticismo por moradores locais, mas também levaram a uma mudança significativa na percepção pública, oscilando entre ver a polícia militar como protetora e agressora. Com o tempo, o relacionamento da comunidade com a polícia tornou-se cada vez mais tenso, pois muitos moradores vivenciam uma dualidade de medo e desconfiança em relação às próprias instituições destinadas a proteger seus direitos e segurança. Esse cenário histórico destaca as complexidades que cercam as intervenções da polícia militar, revelando as questões profundas de governança e engajamento da comunidade que continuam a impactar a segurança pública nas favelas do Brasil (GARAU et al., 2019).

A eficácia das intervenções da polícia militar pode ser avaliada por meio de várias métricas, incluindo estatísticas de taxas de criminalidade, percepções de segurança da comunidade e estudos de caso de operações específicas.

Este artigo tem como objetivo analisar o contexto histórico da intervenção da polícia militar nas favelas do Brasil, avaliar sua eficácia na melhoria da segurança pública e explorar as críticas e os desafios associados a essas estratégias para fornecer uma compreensão diferenciada dessa questão multifacetada.

REVISÃO DE LITERATURA

CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR NAS FAVELAS DO BRASIL

A evolução das estratégias de policiamento nas áreas urbanas do Brasil tem sido marcada por uma série de adaptações e mudanças para lidar com os desafios únicos impostos pelas favelas. Historicamente, essas áreas têm sido percebidas como focos de violência urbana, uma percepção que, em parte, tem impulsionado o desenvolvimento de estratégias de policiamento. Com o tempo, houve uma mudança de medidas puramente repressivas para abordagens mais abrangentes que incorporam táticas de policiamento proativas e orientadas para a comunidade. Essas estratégias visam não apenas controlar o crime, mas também promover melhores relacionamentos entre as autoridades policiais e as comunidades que atendem. No entanto, a eficácia dessas estratégias é frequentemente prejudicada por um problema sistêmico mais amplo: o sistema de segurança pública do Brasil sofre há muito tempo com negligência, levando a taxas de violência persistentemente altas. O tratamento

inconsistente do governo aos espaços urbanos complicou ainda mais os esforços para implementar estratégias eficazes de policiamento (VILAROUCA et al., 2022).

A presença da polícia militar nas favelas do Brasil está enraizada em uma história complexa de decisões governamentais e mudanças sociais. Esse envolvimento pode ser rastreado até períodos de maior insegurança e turbulência política, como o período militar, que priorizou a proteção nacional em detrimento da segurança do cidadão. Após o fim do período em 1985, o foco mudou para o combate ao crime organizado, particularmente o tráfico de drogas, que era galopante nas favelas. Esse cenário histórico preparou o cenário para intervenções da polícia militar, muitas vezes justificadas como necessárias para restaurar a ordem nessas comunidades (GARAU et al., 2019).

Comparar os papéis da polícia militar com os da polícia civil destaca diferenças significativas na abordagem e função dentro das favelas do Brasil. A polícia militar, muitas vezes equipada e treinada para situações de combate, é normalmente encarregada de manter a ordem pública e conduzir operações contra o crime organizado. Em contraste, a polícia civil se concentra no trabalho investigativo e no envolvimento da comunidade, alinhando-se mais estreitamente com as funções tradicionais de aplicação da lei. A distinção entre essas duas forças reflete tensões mais amplas no modelo de policiamento do Brasil, onde o equilíbrio entre a proteção dos direitos humanos e a ação policial eficaz é continuamente debatido. A implementação de iniciativas de policiamento comunitário tentou preencher essa lacuna promovendo a cooperação entre a polícia e os moradores. No entanto, o sucesso de tais iniciativas varia, com alguns esforços prejudicados pela desconfiança e pelo medo profundamente enraizados nas comunidades que pretendem servir. A intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018 ressaltou os desafios contínuos na harmonização dos papéis das polícias militar e civil para atingir as metas de segurança pública (GARAU et al., 2019).

IMPACTO DA INTERVENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA SEGURANÇA PÚBLICA

O impacto das intervenções da polícia militar nas favelas do Brasil pode ser avaliado quantitativamente por meio de uma análise estatística das taxas de criminalidade antes e depois dessas intervenções. Antes da implantação da polícia militar, as favelas eram frequentemente assoladas por altos níveis de violência letal, com taxas mensais de homicídios atingindo números alarmantes equivalentes a uma taxa anualizada de cerca de 120. Essa violência elevada

ressaltou a necessidade urgente de intervenções eficazes. No entanto, após a intervenção, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicaram uma mudança significativa na dinâmica do crime nessas comunidades. Por exemplo, em 2017, o número de mortes resultantes de ações policiais foi registrado em 5.804, o que viu uma mudança variável nos anos subsequentes. Esses dados refletem a complexidade das intervenções militares, onde a redução pretendida na criminalidade coexiste com o aumento de encontros violentos envolvendo forças policiais (VILAROUCA et al., 2022).

A análise de estudos de caso específicos de favelas com presença militar oferece uma compreensão diferenciada dos efeitos da intervenção na segurança pública. A implementação de unidades de pacificação policial (UPPs) nas favelas do Rio de Janeiro é um exemplo proeminente. Essas unidades tinham como objetivo ocupar territórios controlados por traficantes de drogas, restaurando assim a ordem e facilitando iniciativas de policiamento comunitário. No entanto, os resultados foram mistos, pois algumas favelas experimentaram uma redução temporária nas atividades criminosas, enquanto outras testemunharam o deslocamento do crime para áreas próximas. As intervenções muitas vezes carecem de sustentabilidade devido a estratégias de longo prazo insuficientes e engajamento da comunidade, levando a um ressurgimento da violência quando a presença militar diminui. Esses estudos de caso destacam a importância de integrar políticas abrangentes que abordem as causas raízes do crime, garantindo ao mesmo tempo a segurança e o bem-estar dos moradores das favelas (SKOLNICK; BAYLEY, 2019).

Perspectivas e depoimentos da comunidade fornecem insights críticos sobre a eficácia percebida e as consequências das intervenções da polícia militar nas favelas. Os moradores muitas vezes expressam sentimentos mistos sobre a presença da polícia militar, citando tanto melhorias na segurança quanto preocupações com táticas agressivas e violações de direitos humanos. Os membros da comunidade reconhecem a redução nas atividades criminosas visíveis, mas também enfatizam os efeitos "colaterais", como aumento da tensão e do medo dentro da comunidade. A legitimidade de abordagens militarizadas é frequentemente questionada, pois elas podem ignorar as questões socioeconômicas mais amplas que contribuem para o crime. Conseqüentemente, depoimentos da comunidade ressaltam a necessidade de estratégias de policiamento mais inclusivas e orientadas para a comunidade, que priorizem o diálogo e a colaboração entre a polícia militar e os moradores das favelas. Essas perspectivas

destacam a importância de considerar o tecido social das favelas no desenvolvimento de políticas de segurança pública eficazes (SKOLNICK; BAYLEY, 2019).

Desafios e críticas às operações da polícia militar

As preocupações com direitos humanos estão na vanguarda das críticas contra as operações da polícia militar nas favelas do Brasil. A implantação da polícia militar nessas áreas densamente povoadas frequentemente leva a alegações de abusos de direitos humanos, incluindo execuções extrajudiciais e uso excessivo da força. Essas unidades são frequentemente criticadas por suas táticas agressivas, que podem aumentar a violência em vez de mitigá-la. A Declaração Universal dos Direitos Humanos enfatiza o direito à vida e à segurança, mas as ações da polícia militar às vezes parecem contrariar esses princípios, levantando questões sobre o equilíbrio entre manter a ordem pública e respeitar os direitos individuais. Os críticos argumentam que a abordagem militarizada do policiamento não aborda as causas básicas da violência, como pobreza e falta de serviços sociais, e, em vez disso, perpetua um ciclo de medo e desconfiança entre os moradores. Essa situação ressalta a necessidade de reformas que priorizem os direitos humanos e o engajamento da comunidade em vez de respostas puramente táticas (VILAROUCA et al., 2022).

5511

Os desafios logísticos e operacionais enfrentados pela polícia militar nas favelas do Brasil complicam ainda mais sua eficácia. Operando em ambientes que são frequentemente labirínticos e densamente povoados, as unidades da polícia militar encontram dificuldades significativas para conduzir suas operações sem problemas. O terreno complexo das favelas, com seus becos estreitos e estruturas improvisadas, dificulta a mobilidade e a comunicação, tornando as ações coordenadas desafiadoras. Além disso, os recursos e o suporte limitados disponíveis para a polícia militar exacerbam esses desafios, pois muitas vezes não têm o equipamento e o treinamento necessários para adaptar suas operações de estilo militar às demandas do policiamento urbano. Essa incompatibilidade na estratégia operacional e no ambiente pode levar a consequências não intencionais, como danos colaterais e mais antagonismo das comunidades locais. O policiamento eficaz em tais contextos requer adaptabilidade, compreensão diferenciada da dinâmica local e uma mudança de uma abordagem puramente militarista para uma que incorpore estratégias baseadas na comunidade (VILAROUCA et al., 2022).

Os debates sobre políticas públicas no Brasil têm se concentrado cada vez mais em encontrar soluções alternativas para melhorar a segurança nas favelas, afastando-se das abordagens militarizadas tradicionais. Há um consenso crescente de que a segurança pública não deve depender somente de intervenções policiais enérgicas, mas deve integrar políticas sociais abrangentes destinadas a abordar as questões socioeconômicas subjacentes (SKOLNICK; BAYLEY, 2019).

Alternativas como policiamento comunitário e investimento em infraestrutura social estão sendo discutidas como opções viáveis para criar paz e segurança duradouras. O policiamento comunitário, em particular, enfatiza a construção de confiança e cooperação entre as autoridades policiais e os moradores, promovendo assim um ambiente propício ao respeito e à compreensão mútuos. Ao abordar questões como desemprego, educação e assistência médica, essas políticas visam enfrentar as causas raízes do crime, fornecendo uma solução mais sustentável para as preocupações com a segurança. O debate continua enquanto os formuladores de políticas e as partes interessadas buscam equilibrar as necessidades imediatas de segurança com as metas de desenvolvimento social de longo prazo (CANO et al., 2014).

MÉTODOS

5512

Para atender ao proposto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica em livros e artigos que sustentassem a temática apresentada. A análise bibliográfica no domínio em estudo envolveu duas etapas: (a) coleta de trabalho relacionado e (b) revisão e análise deste trabalho. Na primeira etapa, uma busca baseada em palavras-chave para artigos foi realizada a partir dos bancos de dados científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intervenção da Polícia Militar em favelas é um tema amplamente estudado dentro do campo da segurança pública, especialmente no contexto brasileiro, onde esses territórios enfrentam altos índices de violência, desigualdade e a presença do crime organizado. Os estudos sobre a eficácia dessas intervenções variam em resultados e abordagens, mas há alguns pontos e discussões comuns, incluindo o impacto social das operações, a percepção da comunidade, e os desafios estruturais e éticos da atuação policial nesses contextos.

Estudos de Cano (2014) apontam que as intervenções policiais em favelas podem reduzir temporariamente a criminalidade, especialmente quando ocorrem operações de grande porte.

No entanto, esses efeitos nem sempre são duradouros. Alguns estudos mostram que, após a retirada da polícia, a criminalidade e o controle de gangues podem retornar ou mesmo se intensificar.

Pesquisas como as do Instituto de Segurança Pública (ISP) no Rio de Janeiro e de acadêmicos da área indicam que, sem políticas de segurança pública integradas, os efeitos de intervenções puramente repressivas tendem a ser limitados e de curto prazo.

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro foram um exemplo de tentativa de policiamento comunitário nas favelas, com foco em ocupar e manter a presença policial para promover segurança constante. Os resultados foram mistos. Embora tenha havido uma redução inicial na violência, problemas como corrupção, falta de infraestrutura e integração de serviços sociais limitaram o sucesso a longo prazo.

Avaliações do modelo das UPPs revelam que o envolvimento da comunidade e a confiança mútua são essenciais para a eficácia de operações policiais em áreas de alta vulnerabilidade. A pesquisa da antropóloga Alba Zaluar, por exemplo, reforça que o envolvimento comunitário e a construção de relações de confiança são fundamentais para uma segurança duradoura.

A percepção das operações policiais pela comunidade local é frequentemente negativa, devido a práticas de abordagem agressiva, uso excessivo da força e violações de direitos humanos. Esse tipo de abordagem pode gerar tensão e desconfiança, diminuindo a eficácia das operações.

5513

Estudos, como os conduzidos por Skolnick, e Bayley (2019) destacam que a presença ostensiva da Polícia Militar sem o devido cuidado com os direitos dos moradores das favelas pode gerar o sentimento de "invasão" em vez de "proteção". Isso gera resistência por parte da comunidade e dificulta a criação de um ambiente de segurança e confiança.

Muitos estudos enfatizam que a segurança pública em favelas não pode depender apenas de intervenções repressivas. A criminalidade e o controle territorial por grupos criminosos estão relacionados a fatores estruturais, como desigualdade social, falta de oportunidades, ausência de políticas públicas e marginalização histórica dessas comunidades.

Pesquisadores defendem uma abordagem integrada, onde a intervenção policial seja acompanhada por políticas de desenvolvimento social, melhorias na educação, saúde e infraestrutura, além de programas de geração de emprego e oportunidades para os jovens. Sem

essa abordagem multidisciplinar, as intervenções tendem a falhar em promover uma paz sustentável.

O policiamento comunitário é visto por muitos estudiosos como uma alternativa viável e mais eficaz, pois prioriza a cooperação com a comunidade local, reduzindo o uso da força e promovendo o diálogo. Esse tipo de policiamento cria uma presença mais confiável da polícia e promove uma relação de parceria com a comunidade (SKOLNICK; BAYLEY, 2019)

Estudos de Vilarouca *et al.* (2022) sobre segurança cidadã, um conceito que amplia a ideia de segurança para além da presença policial, defendem que os moradores das favelas devem participar ativamente na criação de políticas de segurança pública. Isso inclui programas de formação de lideranças locais, fóruns de diálogo entre a comunidade e as forças de segurança, e projetos de prevenção à violência.

CONCLUSÃO

A eficácia das intervenções da polícia militar nas favelas do Brasil é uma questão multifacetada que abrange um legado histórico complexo, resultados variáveis em segurança pública e críticas significativas sobre direitos humanos e relações comunitárias. Embora a polícia militar tenha sido mobilizada com a intenção de restaurar a ordem e lidar com o crime, o contexto histórico revela um padrão de desconfiança e violência que frequentemente prejudica esses esforços. Avaliar a eficácia dessas intervenções requer uma compreensão diferenciada das realidades socioeconômicas enfrentadas pelos moradores das favelas, bem como um reconhecimento das limitações do policiamento militarizado. As críticas em torno das estratégias da polícia militar destacam a necessidade urgente de abordagens alternativas que enfatizem o engajamento da comunidade, o desenvolvimento social e o respeito aos direitos humanos. No futuro, o Brasil deve reavaliar suas estratégias de segurança pública para garantir que as intervenções não dependam apenas da força, mas sejam baseadas na promoção da confiança, cooperação e melhorias sustentáveis na qualidade de vida de todos os moradores de suas favelas.

REFERÊNCIAS

CANO, Ignácio. *et al.* **O impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro.** (2014). Disponível em: <https://alacip.org/cong13/773-cano-7cc.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GARAU, Marilha Gabriela Reverendo. O impacto da UPP nas relações da polícia militar com os moradores de uma favela ocupada. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 6, n. 1, p. 126-150, 2019.

SKOLNICK, Jerome.; BAYLEY, David. **Policimento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo**. Tradução de Ana Luiza Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2019.

VILAROUCA, Márcio. et al. Os policiais das UPPs e a crise permanente da segurança pública no Rio de Janeiro. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**. v. 37 n^o 108. P. 1-23, 2022.